

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE PLANALTINA

BARBARA RODRIGUES DA SILVA BORGES

**ESTUDO DE CASO: O MORANGO (*Fragaria x ananassa Duch*) NA VENDA E
COMERCIALIZAÇÃO DENTRO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS (PAA).**

BRASÍLIA, FEVEREIRO 2013



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UnB – Faculdade de Planaltina

**ESTUDO DE CASO: O MORANGO (*Fragaria x ananassa Duch*) NA VENDA E
COMERCIALIZAÇÃO DENTRO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS (PAA).**

BARBARA RODRIGUES DA SILVA BORGES

**Trabalho de conclusão de curso
apresentado como requisito para a
obtenção do título de bacharel em
Gestão do Agronegócio, da
Universidade de Brasília.**

Brasília, Fevereiro de 2013.



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
UnB – Faculdade de Planaltina

**ESTUDO DE CASO: O MORANGO (*Fragaria x ananassa Duch*) NA VENDA E
COMERCIALIZAÇÃO DENTRO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE
ALIMENTOS (PAA).**

BARBARA RODRIGUES DA SILVA BORGES

09/90302

Relatório de estágio supervisionado apresentado para conclusão do curso de
Gestão do Agronegócio da Universidade de Brasília, sob a coordenação do
Professor Dr. Reinaldo José de Miranda Filho.

Brasília, Fevereiro de 2013.

Dedico este trabalho a minha amada mãe Eneida, que me acompanha em todas as etapas da minha vida e sempre estará presente no meu coração. E ao meu querido avô José, que também se foi deixando muita saudade.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao meu orientador Reinaldo José de Miranda Filho, pelas instruções e esclarecimentos, pela paciência, cortesia, gentileza e amizade oferecidas, não apenas durante o trabalho, mas em todo o curso de graduação.

Aos meus colegas de trabalho da Secretaria de Agricultura, Fátima, Renato, Rayane, Manoel Salles, Éber e Aires, pela colaboração, apoio, conversas, pela convivência prazerosa e pelos laços de amizade que se estreitaram em tão pouco tempo.

Aos colegas de trabalho da CONAB, Gustavo, Regina, Carla e Lúcia, pelos ensinamentos e pelo convívio maravilhoso.

A meus queridos tios Adelita e Paulo, que são como pais para mim.

Ao meu pai do coração Carlos Enrique, que sempre me encorajou, aconselhou e apoiou, pela educação que me tornou a pessoa que sou hoje.

Ao meu namorado Felipe Rauer, por me acompanhar e me ajudar durante todo o processo e em todos os momentos da minha vida.

As minhas queridas amigas Thamyres, Ana Paula, Fabiana e Luciana, pelo amor, carinho, paciência, companheirismo, pelo apoio nos momentos em que mais precisei e por estarem presentes nos momentos mais importantes da minha vida.

A minha querida tia Flávia, que me incentivou a prestar vestibular e sem a qual eu não chegaria tão longe.

Aos meus amados irmãos Marcele, Carlos Enrique e João Gabriel.

Agradeço também a toda minha família e amigos.

.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	1
2 - OBJETIVOS	4
3 - METODOLOGIA	4
4 - REFERENCIAL TEÓRICO	5
4.1 - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA.....	5
4.1.1 - Modalidades:	7
4.1.2 - Fornecedores:.....	9
4.1.3 - Consumidores:	10
4.1.4 - Histórico PAA	11
4.1.5 - PAA no Distrito Federal	12
4.2 - CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO	16
4.2.1 - REGIÃO ADMINISTRATIVA IV – BRAZLÂNDIA	16
4.2.1.1 - História.....	17
4.2.1.2 - Produção de Morango em Brazlândia	18
4.2.1.3 - Festa do Morango.....	20
4.3 - ESPÉCIE VEGETAL	21
4.3.1 - MORANGUEIRO - <i>Fragaria x ananassa Duch</i>	21
4.3.1.1 - O Mercado Mundial de Morango	22
4.3.1.2 - O Morango no Brasil	29
5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO	34
O PAPEL DO PAA NA REGULAÇÃO DE PREÇOS DO MORANGO NO DF	36
ASPECTOS SOCIAIS DO MORANGO NO PAA – DF	38
6 – CONCLUSÕES.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Histórico da produção mundial de morango. Página 23.

Gráfico 2: Histórico da área total ocupada com cultivo de morango. Página 23.

Gráfico 3: Participação da produção de morango por continente. Página 24.

Gráfico 4: Participação da área plantada com morango por continente. Página 24.

Gráfico 5: Principais países produtores de morango. Produção em toneladas. Página 25.

Gráfico 6: Principais países produtores de morango. Área plantada em hectares. Página 25.

Gráfico 7: Principais países produtores de morango da América do Sul. Produção em toneladas. Página 28.

Gráfico 8: Principais países produtores de morango da América do Sul. Área Plantada. Página 28.

Gráfico 9: Histórico da área plantada com morango no Brasil. Página 31.

Gráfico 10: Histórico da produção de morango no Brasil. Página 31.

Gráfico 11: Preço do morango no Distrito Federal. Página 35.

Gráfico 12: Volume de morango comercializado no Distrito Federal. Página 35.

Gráfico 13: Volume de entrega de morango ao PAA-DF. Página 37.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Evolução dos recursos MDA/MDS aplicados na aquisição de alimentos PAA. Página 12.

Tabela 2: Principais países importadores de morango – 2010. Página 26.

Tabela 3: Principais países exportadores de morango – 2010. Página 27.

Tabela 4: Histórico de Importação / Exportação de morango no Brasil. Página 32.

Tabela 5: Produção de morango por Estado do Brasil. Página 33.

Tabela 6: Produção de morango no DF. Página 34.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Organograma Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – SDA. Página 3.

Figura 2: Localização das URDA's no Distrito Federal. Página 14.

Figura 3: Morangos embalados, prontos para distribuição na URDA de Brazlândia. Página 15.

Figura 4: Caminhão do PAA sendo carregado com morangos na URDA de Brazlândia. Página 15.

RESUMO

Resumo: A comercialização dos produtos agrícolas é um dos gargalos enfrentados pelos produtores rurais, principalmente os pequenos. Buscando minimizar este problema, o Governo Federal criou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Através deste, o Estado passou a participar do processo de comercialização da agricultura familiar, garantindo a aquisição de produtos a preços justos e incentivando a pequena produção. Na região de Brazlândia no Distrito Federal a cultura do morango tem grande importância econômica por se tratar de uma cultura de uso intensivo de mão de obra e praticado geralmente por pequenos produtores. Agricultura familiar encontra dificuldades para escoar o excesso de produção de morango na época de safra, e o PAA se apresenta como uma alternativa de destinação de produção. O principal objetivo deste trabalho foi realizar um levantamento dos preços do morango no mercado na região do Distrito Federal e compará-los ao preço praticado no Programa de Aquisição de Alimentos. Os resultados mostram que o morango apresenta uma sazonalidade de preços muito intensa que pode ser minimizada com a destinação da fruta aos mercados institucionais, garantindo um preço justo e evitando que o preço na época da safra despenque causando prejuízo aos pequenos produtores.

Palavras chave: Morango (*Fragaria x ananassa Duch*), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Brazlândia-DF.

1 – INTRODUÇÃO

Uma alternativa à comercialização dos produtos agrícolas oriundos da agricultura familiar são as compras institucionais do governo, que proporcionam aos agricultores destino da produção nos períodos de safra, regulando os preços de mercado e garantindo renda aos produtores. Com segurança do retorno do investimento, garantia de preço justo à produção, mais agricultores familiares se dedicam a produzir alimentos.

A comercialização de produtos agrícolas tem sido uma dificuldade encontrada por muitos produtores rurais, principalmente os pequenos. Por se tratar essencialmente de bens de primeira necessidade e de baixo valor unitário, a quantidade consumida é relativamente pouco afetada pela variação de preços. No entanto, o preço varia consideravelmente diante de pequenas variações na quantidade ofertada (lei da oferta e da demanda). (FUSCALDI, 2010)

Além disso, enquanto a demanda por produtos agrícolas é caracterizada por uma relativa estabilidade, o mesmo não se verifica em relação à oferta destes produtos, pois os produtores rurais estão sujeitos a natureza biológica da produção agrícola (condições climáticas e período de maturação dos investimentos) e a sazonalidade. Dessa forma, conciliar uma demanda relativamente estável com uma oferta que flutua sazonal e aleatoriamente é o grande desafio da comercialização de produtos agrícolas. (FUSCALDI, 2010)

O presente trabalho pretende mostrar dados do cultivo do morango no mundo, no Brasil e no Distrito Federal. Com o panorama apresentado verificar a variação do preço do morango no Distrito Federal durante o ano, nos períodos de safra e entressafra e por fim o papel do PAA na manutenção do preço justo ao produtor mesmo na época, o PAA como alternativa de escoamento do excedente de produção, além do papel social e nutricional do programa com a introdução de uma fruta nobre, como o morango, na dieta de pessoas com baixo poder aquisitivo em situação de vulnerabilidade alimentar.

CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DE REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Identificação da organização: Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural¹

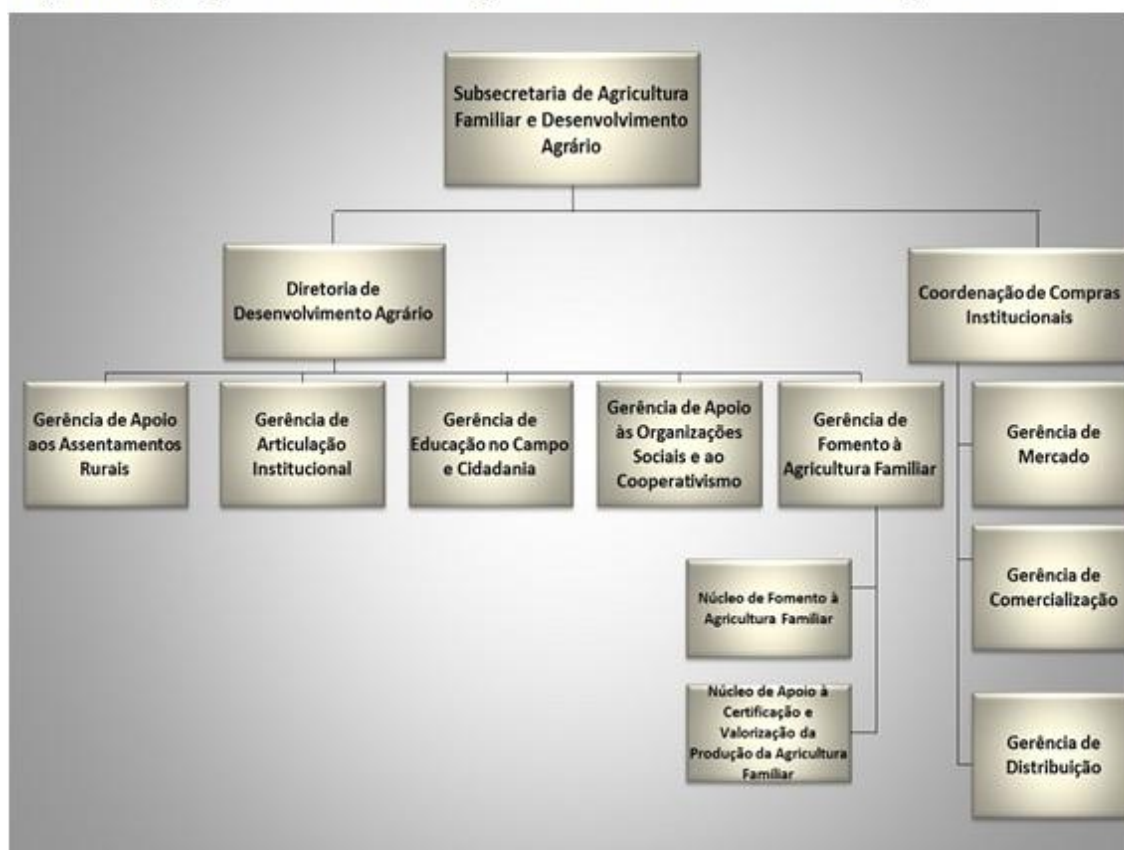
Secretaria de Estado de Agricultura e Desenvolvimento Rural Tem como missão Coordenar e promover o desenvolvimento rural, econômico e ambientalmente sustentável, administrar as terras públicas rurais e zelar pela segurança alimentar da população por meio de ações de fiscalização e inspeção animal e vegetal.

Setor do estágio: O estágio foi realizado na Coordenação de Compras Institucionais – CCI, uma coordenação pertencente a Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – SDA que tem por objetivo apoiar os assentamentos rurais, agricultores acampados e agricultores familiares por meio da implementação de políticas públicas de abastecimento de insumos, infraestrutura rural e equipamentos.

A Coordenação de Compras Institucionais – CCI tem por principal atividade adquirir e distribuir produtos da Agricultura Familiar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos/PAA/ Central de Compras Públicas, para abastecimento de entidades socioassistenciais do distrito federal. Além de: Elaborar instrumental metodológico para viabilizar compras institucionais de produtos agropecuários, extrativistas e artesanatos produzidos por agricultores ou suas organizações sociais, no âmbito do Distrito Federal e Entorno; promover a articulação interinstitucional e com entidades governamentais e não governamentais, objetivando garantir a aquisição de produtos agropecuários, extrativistas e artesanatos; estabelecer mecanismos de controle das compras e dos pagamentos aos fornecedores.

¹ SEAGRI/DF - CNPJ: 03.318.233/0001-25. Endereço: SAIN Parque Rural, Ed. Sede SEAGRI-DF, CEP: 70.620.000 Brasília-DF, Telefone: (61) 3051-6300, FAX: 3051-6330; <http://www.sa.df.gov.br>

Figura 1: Organograma Subsecretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário - SDA



Fonte: SEAGRI-DF

2 - OBJETIVOS

2.1 - OBJETIVO GERAL

Analisar a sazonalidade de preço do morango no Distrito Federal e os efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

2.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar o preço do morango no mercado e o preço praticado no Programa de aquisição de alimentos (PAA).
- Observar como o mercado é afetado pelas compras institucionais de morango.
- Comparar o volume de morango comercializado no Distrito Federal e o volume entregue ao Programa de aquisição de alimentos (PAA).
- Conhecer a importância econômica e social da cultura do morango para a região de Brazlândia-DF.

3 – METODOLOGIA

A metodologia baseou-se em uma pesquisa bibliográfica.

Segundo Ponte *et al.*, “Qualquer estudo científico supõe e requer uma prévia pesquisa bibliográfica, seja para sua necessária fundamentação teórica, ou mesmo para justificar seus limites e para os próprios resultados. É por meio da pesquisa bibliográfica que o pesquisador faz contato direto com tudo o que foi publicado, dito, filmado ou de alguma outra forma registrado sobre determinado tema, inclusive através de conferências seguidas de debates.”

A pesquisa bibliográfica muito se assemelha com a pesquisa documental, porém a pesquisa bibliográfica, sempre utiliza fontes secundárias, compreende as obras já editadas abordando o tema em estudo.

Nesse estudo foram utilizados dados da FAO, do IBGE, da CONAB, da EMATER-DF, CEASA-DF e SEAGRI-DF, ainda sem tratamento para o determinado objetivo do trabalho.

4 - REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 - PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS – PAA.

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA é uma política pública voltada, ao mesmo tempo, para o desenvolvimento da agricultura familiar e para o enfrentamento da fome e da insegurança alimentar de milhões de famílias portadoras do direito à alimentação, como determina a Constituição Federal. O programa foi instituído pelo artigo 19 da Lei n.º 10.696 de 2 de julho de 2003 e regulamentado pelo Decreto nº 6.447, de 07/05/2008.

“Art. 19. Fica instituído o Programa de Aquisição de Alimentos com a finalidade de incentivar a agricultura familiar, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e à formação de estoques estratégicos. (BRASIL, 2003).”

De acordo com o Artigo 2º do Decreto Nº 7.775, de 4 de julho de 2012, o Programa de Aquisição de Alimentos tem as seguintes finalidades:

“I - incentivar a agricultura familiar, promovendo a sua inclusão econômica e social, com fomento à produção com

sustentabilidade, ao processamento, à industrialização de alimentos e à geração de renda;

II - incentivar o consumo e a valorização dos alimentos produzidos pela agricultura familiar;

III - promover o acesso à alimentação, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, sob a perspectiva do direito humano à alimentação adequada e saudável;

IV - promover o abastecimento alimentar por meio de compras governamentais de alimentos, inclusive para prover a alimentação escolar nos âmbitos municipal, estadual, distrital e federal, e nas áreas abrangidas por consórcios públicos;

V - constituir estoques públicos de alimentos produzidos por agricultores familiares;

VI - apoiar a formação de estoques pelas cooperativas e demais organizações formais da agricultura familiar;

VII - fortalecer circuitos locais e regionais e redes de comercialização;

VIII - promover e valorizar a biodiversidade e a produção orgânica e agroecológica de alimentos, e incentivar hábitos alimentares saudáveis em nível local e regional;

IX - estimular o cooperativismo e o associativismo.”

O artigo 19 da Lei n.º 10.696 de 2 de julho de 2003 no seu parágrafo 3º estabelece que o Poder Executivo constitui o Grupo Gestor, formado por representantes dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; e do Gabinete do Ministro Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, para a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos. Em 2007 o artigo 13 Lei Nº 11.524, inclui o Ministério da Educação como parte do grupo gestor do PAA.

Segundo Sabourin o PAA é uma política redistributiva, que oferece apoio à agricultura familiar, sem por isso cair no assistencialismo. (SABOURIN, 2006).

O público do Programa é constituído por agricultores familiares, identificados pela Lei no 11.326, de 24 de julho de 2006, enquadrados no PRONAF. São também beneficiários: aquicultores, pescadores artesanais, silvicultores, extrativistas, membros de comunidades remanescentes de quilombos, comunidades indígenas e agricultores acampados e assentados por projetos de reforma agrária, inseridos no PRONAF.

Os beneficiários consumidores são pessoas e famílias atendidas pela Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição, populações periurbanas e rurais, atendidas pelos programas sociais locais, especialmente aqueles referenciados pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e pelo Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS).

Atualmente são cinco as modalidades de aquisição de alimentos previstas pelo PAA: a Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF, a Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR-Doação, o Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite - PAA-Leite, a Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR-Estoque e a Compra Direta Local da Agricultura Familiar – CDLAF. As modalidades CDAF, CPR-Doação e CPR-Estoque são operacionalizadas pela Conab² e as modalidades CDLAF e o PAA-Leite são executadas pelos estados e municípios, por meio de convênios estabelecidos com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS.

4.1.1 - Modalidades:

- Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF: A modalidade Compra Direta da Agricultura Familiar permite a aquisição de alimentos para

² A Conab é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e está encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento, a fim de assegurar o atendimento das necessidades básicas da sociedade, preservar e estimular os mecanismos de mercado.

distribuição ou para formação de estoques públicos. Dessa forma, cumpre um importante papel na promoção da segurança alimentar e nutricional, na regulação de preços de alimentos e na movimentação de safras e estoques.

- **Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea – CPR Doação:** É realizada através da compra de alimentos produzidos por agricultores familiares enquadrados no PRONAF, organizados em grupos formais (cooperativas ou associações) e da doação desses alimentos para entidades integrantes da rede de proteção e promoção social (rede socioassistencial local) e também da Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição.

- **Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR Estoque:** A modalidade Formação de Estoques pela Agricultura Familiar foi criada para propiciar aos agricultores familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), instrumentos de apoio à comercialização de seus produtos, sustentação de preços e agregação de valor.

- **Compra Direta Local da Agricultura Familiar – CDLAF:** Esta modalidade ocorre a partir da celebração de convênios entre municípios ou estados e o governo federal, por meio do MDS, promovendo a articulação entre a produção familiar e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional dos programas sociais. O preço de venda deve basear-se nos preços praticados no mercado varejista regional ou local, realizando-se três pesquisas de preços.

- **Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite:** Destina-se a incentivar o consumo e a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição, e contribuir para o fortalecimento do setor produtivo familiar, mediante a aquisição e distribuição de leite com garantia de preço.

Cabe ao Grupo Gestor definir: as modalidades de aquisição dos produtos agropecuários e os preços de referência de aquisição, levando em conta as diferenças regionais e a realidade da agricultura familiar; as regiões prioritárias para implementação do programa; as condições de doação dos produtos adquiridos; as condições de formação de estoques públicos; as condições de venda dos produtos adquiridos; as condições de promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável

à fome. (FUSCALDI, K.). Isso significa que ao longo da execução do programa modalidades podem ser extintas ou criadas de acordo com as particularidades regionais para melhor atender a população.

4.1.2 - Fornecedores:

O Decreto Nº 7.775, de 4 de julho de 2012 caracteriza os beneficiários fornecedores como o público apto a fornecer alimentos ao PAA, quais sejam, os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais que detenham obrigatoriamente a Declaração de Aptidão ao PRONAF³. Também são fornecedores: cooperativas e outras organizações formalmente constituídas como pessoa jurídica de direito privado que detenham a Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF - DAP Especial Pessoa Jurídica.

Agricultores familiares são enquadrados em diferentes grupos do PRONAF, definidas pela Portaria nº 47, de 26 de novembro de 2008, e pela Portaria nº 85, de 22 de dezembro de 2008, são eles:

- Grupo A: agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal, que ainda não foram contemplados com operação de investimento do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (PROCERA).
- Grupo A/C: são agricultores familiares egressos do Grupo 'A', ou que já contrataram a primeira operação no Grupo 'A', que não contraíram financiamento de custeio nos Grupos 'C', 'D' ou 'E'.
- Grupo B: inclui os agricultores familiares mais carentes, que: explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário ou parceiro, residam na propriedade ou em local próximo, não disponham, a qualquer

³ A Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP - é o instrumento que identifica os agricultores familiares e/ou suas formas associativas organizadas em pessoas jurídicas, aptos a realizarem operações de crédito rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, em atendimento ao estabelecido no Manual de Crédito Rural - MCR, do Banco Central do Brasil.

título, de área superior a 4 (quatro) módulos fiscais, quantificados segundo a legislação em vigor, obtenham, no mínimo, 30% (trinta por cento) da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento. Tenham o trabalho familiar como base na exploração do estabelecimento. Obtenham renda bruta anual familiar de até R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

- Grupo 'Agricultor Familiar' (ou enquadramento 'V'): reúne agricultores familiares antes incluídos nos grupos 'D' e 'E', que apresentem renda bruta familiar entre R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) e R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais).

- Grupo P: inclui agricultores familiares com DAP provisória que podem ser fornecidas a acampados e assentados da reforma agrária que estão na chamada 'demanda qualificada' e sua finalidade é permitir o acesso aos programas sociais, como o PAA. Esta possui validade de apenas um ano, não permitindo acesso ao crédito.

Independente do enquadramento os agricultores familiares organizados em grupos formais ou informais, ou não organizados, podem participar do PAA fornecendo produtos alimentícios no valor total de até R\$ 4.500,00 por ano civil.

4.1.3 - Consumidores:

Os beneficiários consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial, pelos equipamentos de alimentação e nutrição e, em condições específicas definidas pelo Grupo Gestor do PAA, pela rede pública e filantrópica de ensino. (BRASIL, 2012)

Deverão ser priorizadas as entidades socioassistenciais que desenvolvem trabalhos publicamente reconhecidos, de atendimento às populações em situação de vulnerabilidade social, que compõem a rede socioassistencial local e

forneçam, gratuitamente, refeições de forma continuada e que sejam carentes de recursos.

4.1.4 - Histórico PAA

Ao longo de dez anos de operação do PAA pela Conab, milhares de famílias foram beneficiadas pela venda de seus produtos ao governo federal, obtendo garantia de renda e de melhoria na qualidade de vida. O programa adquiriu em 2012, parte da produção de cento e vinte e oito mil oitocentos e a quatro (128.804) agricultores familiares em mil cento e oitenta (1.180) municípios brasileiros, sendo adquiridos e distribuídos 297.610 toneladas de alimentos e investidos R\$ 2.784.037.371. O PAA vem alcançando cada vez mais seus objetivos, promovendo a geração de renda, sustentação de preços aos agricultores familiares e a segurança alimentar e nutricional das populações urbanas e rurais. Em termos de recursos ainda não é capaz de atender toda a demanda do país, mas é um importante aliado no combate a fome e erradicação da pobreza no campo. (CONAB, 2012)

A tabela 1 mostra a evolução da aplicação de recursos no PAA por ano desde a sua criação até 2012, em dez anos os recursos aplicados são praticamente sete vezes mais do que os recursos aplicados no início da sua execução. A tendência é aumentar cada ano mais pois o PAA a cada ano atinge mais municípios e conseqüentemente mais agricultores familiares, no ano de 2012, por exemplo, o PAA foi executado pela primeira vez em 143 municípios.

Tabela 1: Evolução dos recursos MDA/MDS aplicados na aquisição de alimentos PAA.

ANO	Total (R\$)
2003	81.541.207
2004	107.185.826
2005	112.791.660
2006	200.954.580
2007	228.352.967
2008	272.490.388
2009	363.381.941
2010	379.735.466
2011	451.036.204
2012	586.567.131
Total	2.784.037.371

Fonte: CONAB

4.1.5 - PAA no Distrito Federal

O Distrito Federal esteve inserido no PAA desde o primeiro ano de execução do programa em 2003, nesse ano foram beneficiadas 3.010 famílias com um aporte financeiro de R\$ 6.692.792,89, na modalidade, atualmente extinta, Compra Antecipada da Agricultura Familiar que previa a antecipação de recursos para o plantio e era operacionalizado pela CONAB. No ano seguinte sua participação caiu drasticamente, operou na modalidade Compra Antecipada Especial que se destinava a formação de estoques públicos, participaram apenas 26 famílias e foram gastos apenas R\$ 64.835,16 e também foi operacionalizado pela CONAB. (CONAB, 2003, 2004)

Nos três anos seguintes o Distrito Federal não participou do PAA em nenhuma modalidade, voltando a operar somente em 2008, porém nessa ocasião sendo executado pela Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Distrito Federal (Seagri-DF), juntamente com a Emater-DF e a Ceasa-DF, na modalidade Compra Direta Local da Agricultura Familiar – CDLAF.

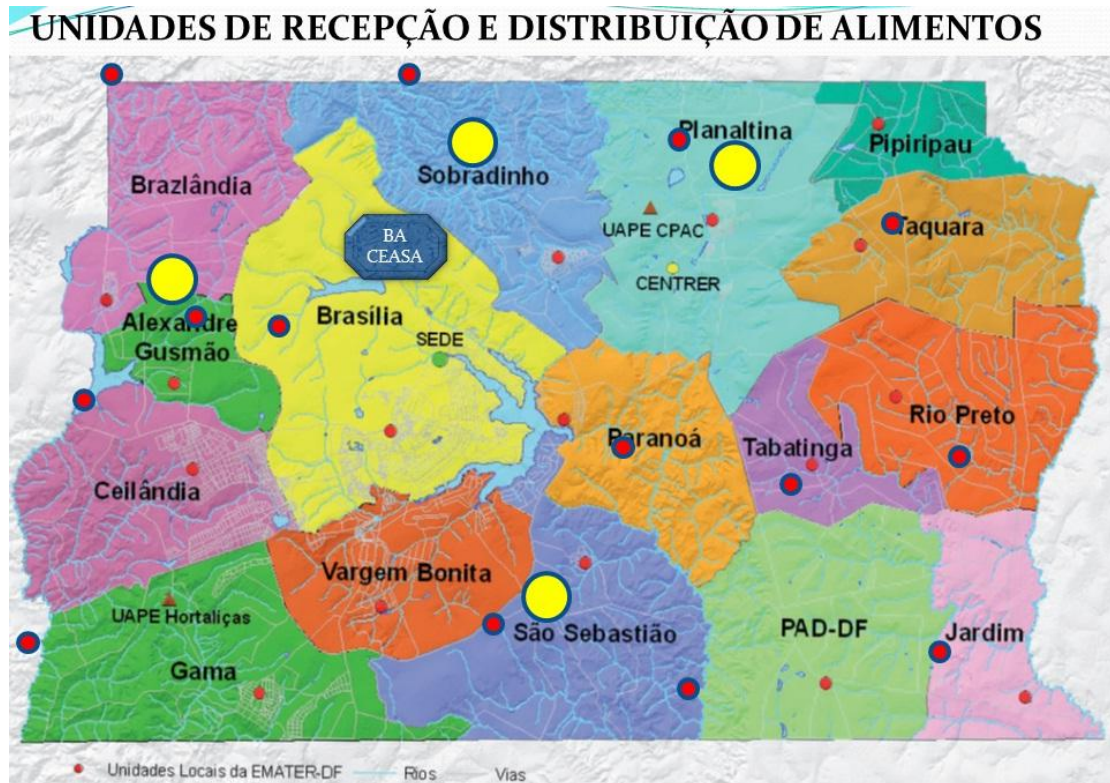
Nos anos de 2008 e 2009, primeiros anos da execução do PAA – municipal pela SEAGRI-DF, foram gastos R\$625.000,00, participaram 188 agricultores familiares, 29 instituições foram beneficiadas com a distribuição de 200 toneladas de alimentos. Esses números não revelam o potencial da agricultura no Distrito Federal, o programa antes operado pela CONAB foi simplificado, a burocracia reduzida, adequando-se melhor a realidade dos agricultores do DF. (SEAGRI-DF, 2012)

Nos anos de 2010 e 2011 houve uma pequena participação do DF nas operações do PAA executado pela CONAB. Porém o PAA executado pela SEAGRI-DF praticamente dobrou a sua participação, foram investidos R\$ 1.143.599,00, 276 produtores participaram, 118 instituições foram beneficiadas com 400 toneladas de alimentos entregues. (SEAGRI-DF, 2012)

Em 2012 o programa que vinha passando por diversos ajustes operacionais para melhor se adequar a realidade do Distrito Federal finalmente foi capaz de revelar a capacidade produtiva da agricultura familiar.

O processo de logística é de vital importância para o sucesso do programa. O modelo tradicional de centralização de recebimento e de entrega dos alimentos, representado pelo Banco de Alimentos – CEASA-DF, não atende as particularidades do Distrito Federal, sendo assim, com o intuito de reduzir a distância entre a produção de alimentos pela agricultura familiar até as entidades beneficentes, foram inauguradas quatro Unidades de Recepção e Distribuição de Alimentos – URDA's em diferentes pontos do DF: Brazlândia, São Sebastião, Planaltina, e Sobradinho. Essa medida reduziu os custos para o estado no transporte, melhorou o acondicionamento, visando ainda ganhos na qualidade dos produtos entregues e evitando os danos físicos e diminuindo o tempo de transporte desses produtos, mantêm-se também intactas as características nutricionais dos alimentos. Com isso a participação no PAA tornou-se viável para muitos agricultores e entidades, pois reduzindo a distância entre o ponto de produção e o ponto de entrega reduz-se os custos para os agricultores e entidades que arcam com parte das despesas relativas à logística do programa. (SEAGRI-DF, 2012).

Figura 2: Localização das URDA's no Distrito Federal



Fonte: SEAGRI-DF

Além da inauguração das URDA's, outras partes do processo de execução foram melhoradas, o fluxo operacional foi padronizado, foram adquiridos equipamentos básicos para operação, como balanças, carros e computadores, os produtores, influenciados tanto pela EMATER-DF quanto pela SEAGRI-DF, passaram a se organizar em associações e cooperativas, além das entidades beneficiárias passaram por melhor avaliação. Com isso o programa de fato pôde cumprir seu papel de remunerar de forma justa a produção, ocupar o espaço rural, distribuir renda e combater a fome. (SEAGRI-DF, 2012)

Essa melhora na eficiência da execução do programa traduzida em números significa que foram gastos com aquisição de alimentos da agricultura familiar no DF em 2012 quase 3 milhões de reais, 889 agricultores familiares garantiram sua renda entregando parte da sua produção a 280 entidades sócioassistenciais, que beneficiaram 60.000 pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar, totalizando 1.426 toneladas de alimentos. Hoje são distribuídas 88

variedades de alimentos. Números bastante significativos se comparados aos anos anteriores. (SEAGRI-DF, 2012)

Figura 3: Morangos embalados, prontos para distribuição na URDA de Brazlândia.



Fonte: Foto retirada pelo autor.

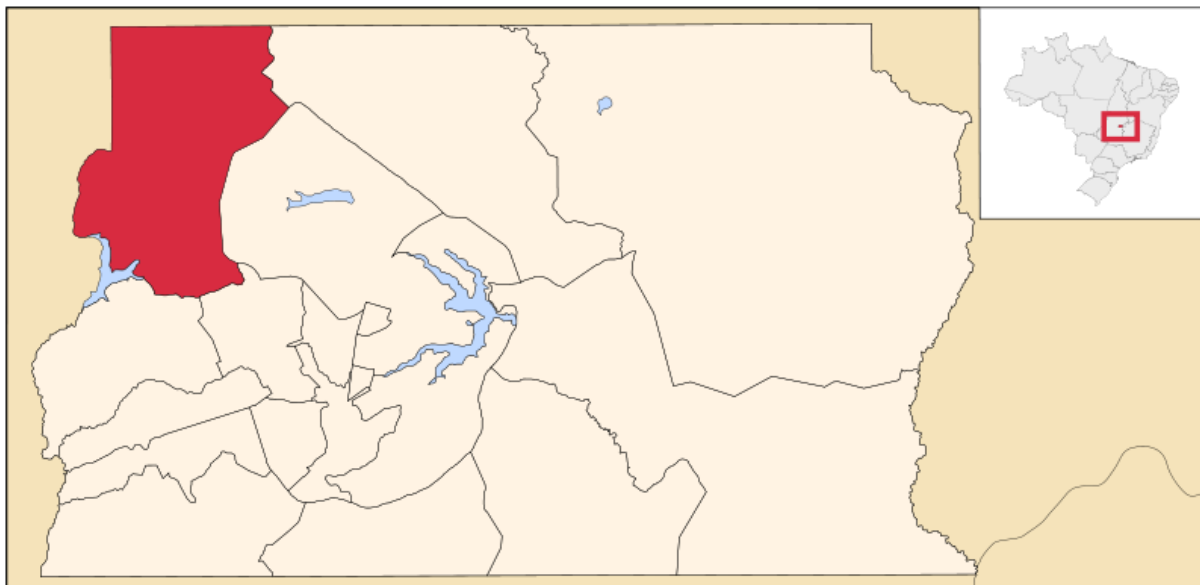
Figura 4: Caminhão do PAA sendo carregado com morangos na URDA de Brazlândia.



Fonte: Foto retirada pelo autor.

4.2 - CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO

4.2.1 - Região Administrativa IV – Brazlândia



Brazlândia foi fundada em 5 de julho de 1933. Antes da transferência da capital para o Planalto Central, Brazlândia era um povoado que integrava a área rural do município goiano de Luziânia. A cidade é a sede da RA IV, criada em 1989, pela Lei Nº 49/89 e o decreto Nº 11.921/85. Compreende a uma superfície equivalente a 474,83 km², sendo 5,24 km² de área urbana e 496,59 km² de área rural. (SOUZA, L.2003).

Situa-se a oeste/noroeste do distrito federal, na divisa com Goiás, com variações de 1.000 (mil) a 1.300 metros de altitude acima do nível do mar e relevo formado por chapadas, chapadões e interflúvios. O ponto culminante encontra-se na região do Roedor, com 1.342 metros. Brazlândia conta com diversas nascentes, formando microbacias hidrográficas de relevância na formação de bacias dos rios Maranhão e Descoberto. O lago Descoberto fornece cerca de 65% de água potável ao Distrito Federal, beneficiando mais de um milhão de habitantes. (SOUZA, L.2003).

Quando Brasília foi inaugurada, Brazlândia tinha menos de mil moradores. Atualmente conta com 53,8 mil habitantes, segundo a PNAD-2011. Ao longo dos anos, a cidade tornou-se uma das maiores produtoras de hortifrutigranjeiros do DF. Dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (EMATER-DF) indicam que cerca de 2,8 mil propriedades rurais produzem 34% de tudo o que é consumido no Distrito Federal. O cultivo de morango é o carro-chefe, sendo Brazlândia a sétima maior produtora da fruta no país e a primeira da Região Centro-Oeste.

4.2.1.1 - História

Brazlândia pertenceu ao Estado de Goiás (GO) antes da criação do distrito federal no centro oeste brasileiro. Sua tradição agrícola tem raízes no começo do século XX com a vinda de goianos e mineiros que se estabeleceram na região. O desenvolvimento foi trazido, principalmente, pelos Braz, de Carmo do Parnaíba, em Minas Gerais, e pelos Cardoso de Oliveira, de Posse, em Goiás, que já tinham tradição como agricultores e pecuaristas. No início dos anos 30, por influência política, as famílias conseguiram que o povoado fosse elevado à categoria de Distrito de Santa Luzia, hoje Luziânia-GO. (CHAVES, W. J. N, 2011)

A decisão do presidente Juscelino Kubitschek de levar a capital federal para o planalto central mudou o rumo de Brazlândia. Já em 1958, foram desapropriados, mais de mil alqueires da cidade satélite. Apenas a área que circundava a sede urbana de Brazlândia não foi transferida para o governo federal. (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, 2012).

Brazlândia se encontra a 59 km de Brasília e é a Região Administrativa mais distante do plano piloto. A transferência do distrito federal para a região centro oeste ocasionou mudanças na sua situação fundiária, populacional e econômica. Com o represamento do rio descoberto e a formação do lago do descoberto, destinado ao abastecimento de Brasília, muitas fazenda

desapareceram. Hoje as propriedades são bem menores, a maioria com até 5 hectares. (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, 2012).

Brazlândia manteve as características de povoado até 1960, quando as terras da região foram incorporadas à Companhia Urbanizadora da Nova Capital – Novacap. Desde então sua população aumentou muito, devido aos novos loteamentos que abrigavam moradores transferidos de invasões no DF e à chegada constante de novos migrantes para a área rural e urbana. No final dos anos 60 a população, que era inicialmente de aproximadamente 1.000 (mil) moradores, se aproximava de 11 mil habitantes. Centenas de agricultores japoneses, oriundo do estado de São Paulo e outros migrantes procedentes de demais regiões do país foram assentados no Núcleo Rural Alexandre Gusmão. Outros tantos migrantes do estado de Goiás, Minas Gerais, Bahia, se instalaram na zona urbana. (CHAVES, W. J. N, 2011).

A partir de 1975, Brazlândia começou a ganhar infraestrutura pública como escolas, rede hospitalar, fórum e etc. Na década de 1980, Brazlândia já contava com uma população de 25.000 habitantes. (ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE BRAZLÂNDIA, 2012).

Na década de 90, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, juntamente com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – EMATER-DF começou a trabalhar para melhorar geneticamente a adaptabilidade dos cultivos ao cerrado brasileiro, o que proporcionou um aumento de produtividade nas culturas desenvolvidas em Brazlândia e um aumento no número de produtores familiares no cultivo de hortifrutigranjeiros. (CHAVES, W. J. N, 2011)

4.2.1.2 - Produção de Morango em Brazlândia

O cultivo do morangueiro já pode ser considerado como tradicional e consolidado no Distrito Federal. O morangueiro foi primeiramente introduzido e cultivado de forma empírica pelos agricultores de origem japonesa vindos da região

de Atibaia, São Paulo, até hoje o principal pólo de produção de morango naquele estado. Estes agricultores iniciaram o cultivo de hortaliças e frutas no Distrito Federal para abastecer o mercado local, até então dependente da importação de outros estados. Muitos foram assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a partir de 1970, no "Projeto Integrado de Colonização Alexandre Gusmão (PICAG)", na região administrativa de Brazlândia, atualmente o principal pólo produtor de morango do Distrito Federal, além de outras hortaliças e frutas (Lopes et al., 2005).

A partir do início da década de 1990, o cultivo do morangueiro no Distrito Federal seguiu acompanhando a evolução tecnológica das regiões produtoras do sul de Minas Gerais e São Paulo, as principais do Brasil. A partir desta época, foi reconhecido o potencial econômico do cultivo de morango no DF. A introdução de novas cultivares e outras técnicas de cultivo possibilitaram um salto de produção e qualidade que tornaram o morango uma alternativa econômica atraente para os produtores rurais do Distrito Federal (Lopes et al., 2005). Além disto, o cultivo do morangueiro tem um grande papel social para o Distrito Federal pela elevada demanda de mão-de-obra, que representa parte significativa do custo total da cultura e contribui para a geração de emprego e renda (Lopes et al., 2005).

A cultura do morango adaptou-se muito bem à altitude do Distrito Federal, em torno de 1.000 metros, e às condições climáticas do Planalto Central, em que ocorrem temperaturas mais altas no verão, boas para a produção de mudas, seguido de um inverno ameno e seco, que favorece a floração, frutificação e qualidade dos frutos. (HENZ, 2010).

Dados da EMATER-DF mostram o crescimento da importância do pólo produtor de Brazlândia. Em 2010, 194 agricultores ocupavam-se da produção de morango, com 150 hectares cultivados foi possível a produção de 5.015 toneladas do produto. Em 2011 houve um tímido crescimento desses números, com 202 agricultores, 164 hectares cultivados e uma produção de 5.505 toneladas de morango. Já em 2012 o crescimento foi mais expressivo, sendo 292 agricultores, 193 hectares cultivados e uma produção de 6.500 toneladas de morango. Em um período relativamente curto, de apenas dois anos 98 agricultores da região

passaram a se dedicar a produção da fruta, aumentando a produção em praticamente 1.500 toneladas.

A Região Administrativa de Brazlândia é o agrossistema olerícola mais importante do Distrito Federal e vem apresentando grande crescimento agrícola. Em Brazlândia predomina o cultivo de hortaliças em pequenas propriedades rurais, caracterizadas por adoção de manejos de médio nível tecnológico. (CARVALHO e LACERDA, 2007)

Dentre os principais cultivos, além do morango, pode-se destacar: Abóbora, mandioca, rabanete, cebolinha, alho, couve, berinjela, salsa, coentro, pimentão, tomate, beterraba, alface, dentre outras hortaliças. (SEAGRI-DF)

4.2.1.3 - Festa do Morango

A festa do morango foi criada em 1996 pela Associação Rural e Cultural Alexandre Gusmão – ARCAG para comemorar e escoar a excelente safra daquele ano. Desde então todos os anos nos meses de agosto e setembro a festa é repetida com o objetivo de promover e incentivar o cultivo e produção da fruta, além de comemorar os avanços alcançados com a produção do morango. A Festa do Morango contribui para destacar Brazlândia no setor de hortifrutigranjeiros e também no cenário turístico nacional. Brazlândia já é a maior região produtora de morango do centro-oeste e ocupa o sexto lugar no ranking nacional. (FESTA DO MORANGO, 2012)

O ponto alto do evento é a praça de alimentação, chamada de morangolândia, onde os horticultores montam dezenas de barracas com morangos in natura e iguarias preparadas com eles, com preços abaixo do valor de mercado. Durante a Festa do Morango ocorre em conjunto a Exposição Agrícola de Brazlândia, onde é exposta a variada produção hortifrutigranjeira da região e, nas barracas, stands e palcos, é apresentada arte, cultura, música e dança. (FESTA DO MORANGO, 2012)

A produtividade de morango em Brazlândia-DF é uma das mais altas do Brasil: a cidade está em 6º lugar no ranking dos principais municípios produtores da fruta e é essa produção qualificada que a Festa do Morango tem o objetivo de mostrar para o Brasil. (SEAGRI, 2012).

4.3 - ESPÉCIE VEGETAL

4.3.1 - MORANGUEIRO - *Fragaria x ananassa* Duch

O morangueiro (*Fragaria x ananassa* Duch.) começou a ser cultivado no século XIII. É uma planta nativa das terras temperadas da Europa, mas que hoje em dia é cultivada com sucesso em grande parte do mundo. Na era romana, era valorizado por suas propriedades terapêuticas e praticamente servia para todos os tipos de doenças.

Apesar de terem começado a ser cultivados pelos romanos em 200 a.C., os morangos eram raros até o fim do século XVIII, pois sua produção era difícil. O consumo popularizou-se só com o surgimento de um híbrido, de fácil reprodução e cultivo. Os morangos consumidos atualmente (*Fragaria ananassa*) surgiram de um cruzamento casual entre duas espécies americanas levadas à região de Brest, na França. (DAVIDSON, A. 1999)

O morangueiro é uma planta rasteira da família das rosáceas, ou seja, são da mesma família das rosas, maçãs, peras e cerejas; possui folhas ovaladas e flores de pétala brancas. Ele é um vegetal rasteiro, de caule do tipo estolho, produzindo gemas que permitem com que novas plantas, com raízes e folhas, sejam formadas, assexuadamente. Os verdadeiros frutos são os aquênios, aqueles pontinhos pretos vulgarmente chamados de sementes, aderidos à epiderme vermelha que recobre a polpa do morango. Este, o fruto comestível, suculento e carnoso, é na realidade o receptáculo hipertrofiado da flor. (EMBRAPA, 1993)

Os morangos são transformados pela indústria em: balas, sucos,

sorvetes, geleias, iogurtes, e até em cosméticos. São produtos que alcançam bons preços no mercado de frutas *in natura*. Tendo a vantagem adicional de ser pouco calórico: 100 gramas possuem aproximadamente 40 calorias. Ele é rico em vitaminas C e B5; fibras, cálcio, ferro e também flavonoides. Assim, é benéfico na prevenção e cura de infecções, cicatrização de ferimento e bom funcionamento do sistema nervoso, cardíaco e digestório. Além disso, oferece resistência aos tecidos, ossos e dentes; sua ingestão pode reduzir o colesterol.

Inicialmente, a cultura tradicional era feita em hortas caseiras, só há cerca de trinta anos surgiram as lavouras para produção em escala comercial.

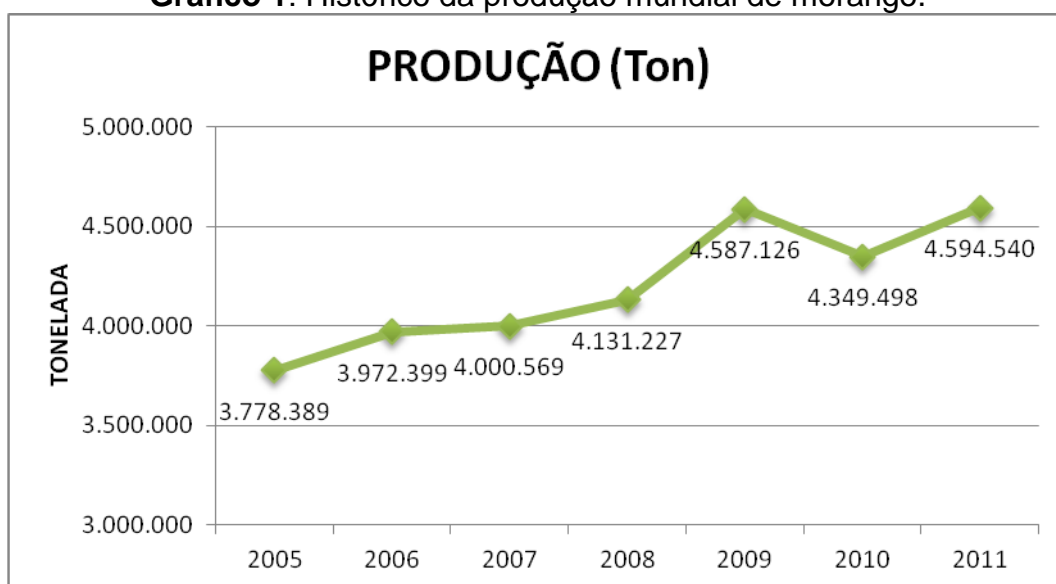
O morangueiro precisa de calor para que sua folhagem se desenvolva bem. Já o frio (do outono e inverno) lhe é essencial para diferenciação floral e a frutificação. A produção de frutos e a qualidade deles são muito influenciadas pela temperatura ambiente e pelo comprimento do dia (fotoperíodo) e sua interação. Os dias curtos favorecem a formação de frutos, enquanto a ocorrência de dias longos estimula o desenvolvimento vegetativo da planta. Essa forte influencia do clima explica as variações na produção entre uma região e outra, mesmo quando se usa idêntico material de plantio. (EMBRAPA, 1993)

4.3.1.1 - O Mercado Mundial de Morango

A cadeia produtiva do morango, dentro do conjunto dos cultivos de pequenas hortaliças, é de importância destacada em termos econômicos e sociais, por mobilizar produtores com escalas produtivas bem variadas, que abrangem mercados tanto globais quanto locais. (SPECHT e BLUME, 2009).

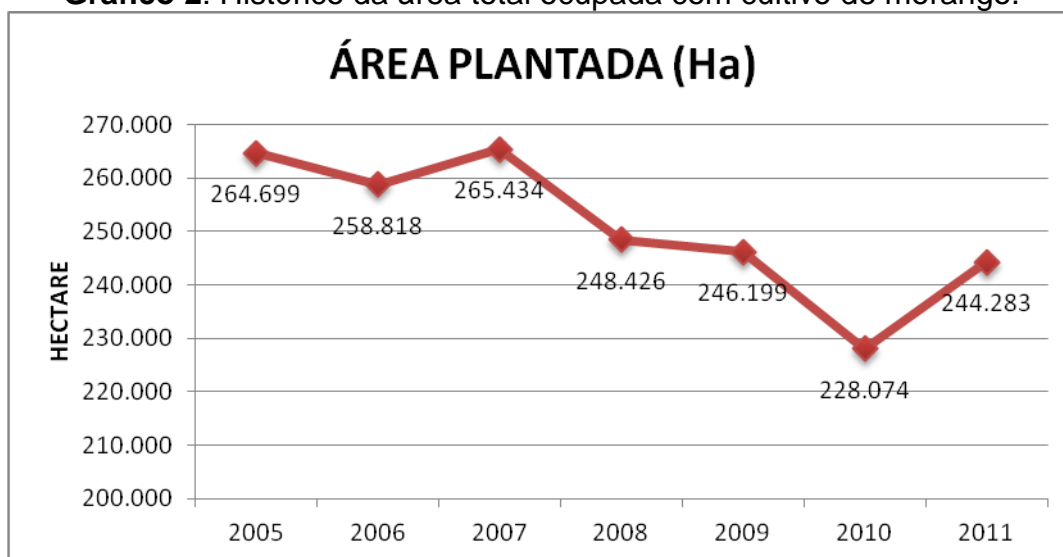
A produção mundial de morangos vem crescendo em números absolutos nos últimos anos. Nos gráficos um e dois podemos observar que no período de 2005 a 2011, a produção cresceu 20%, por outro lado a área plantada apresentou uma redução de 13%, indicando assim uma melhora na produtividade. (FAO, 2011)

Gráfico 1: Histórico da produção mundial de morango.



Fonte: Elaborado pelo autor. **Dados:** FAO, 2011

Gráfico 2: Histórico da área total ocupada com cultivo de morango.

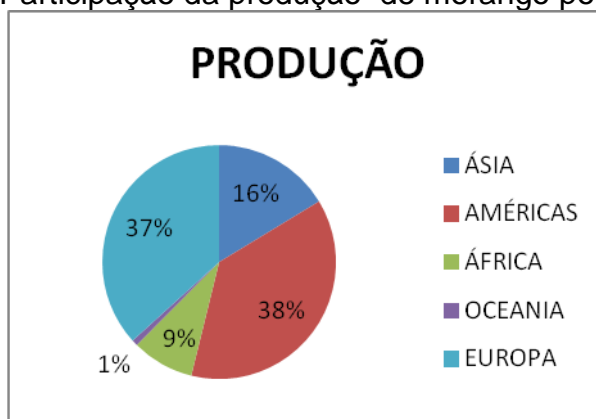


Fonte: Elaborado pelo autor. **Dados:** FAO, 2011

A produção mundial de morango no ano de 2011 foi de 4.594.540 toneladas, em uma área total de 244.283 hectares, gerando uma produtividade de 18.808 quilos por hectare. (FAO, 2011)

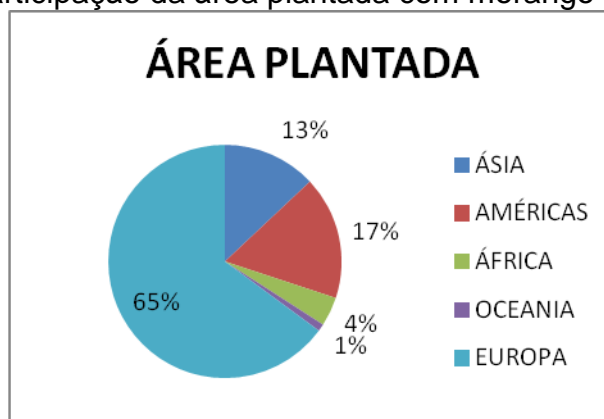
A produção mundial de morangos está centrada nas Américas 38% e na Europa 37%, esses dois continentes representando 75% da produção mundial, sendo o restante distribuído entre a Ásia 16%, a África 9%, e a Oceania 1%. Em relação a área total plantada a Europa corresponde a 65% da área total, as Américas 17%, a África 4%, a Ásia corresponde a 13% e a Oceania 1%, como mostram os gráficos três e quatro. (FAO, 2011)

Gráfico 3: Participação da produção de morango por continente.



Fonte: Elaborado pelo autor. **Dados:** FAO, 2011

Gráfico 4: Participação da área plantada com morango por continente.

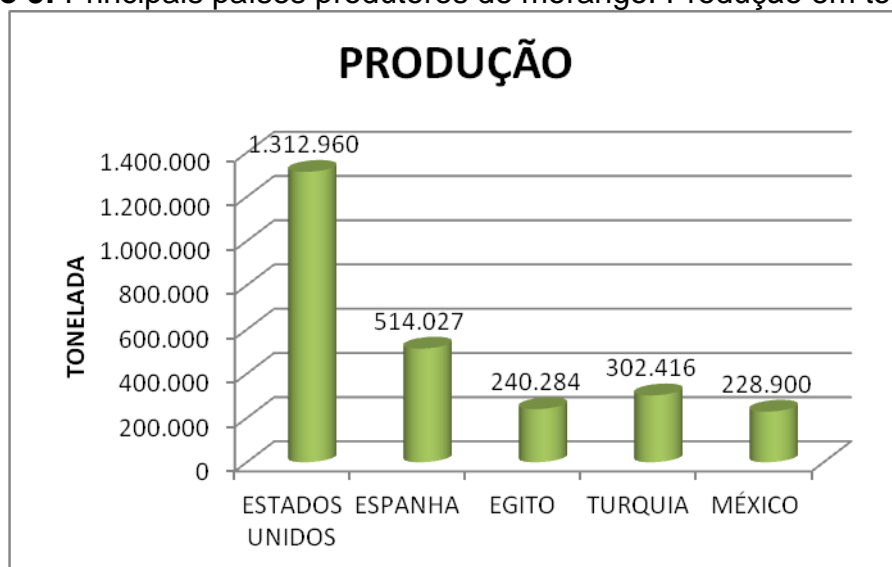


Fonte: Elaborado pelo autor. **Dados:** FAO, 2011

De acordo com a FAO (2011) constam 76 países produtores de morango no mundo, sendo os dez primeiros países (Estados Unidos, Espanha, Turquia, Egito, México, Rússia, Japão, Coreia do Sul, Polônia, Alemanha)

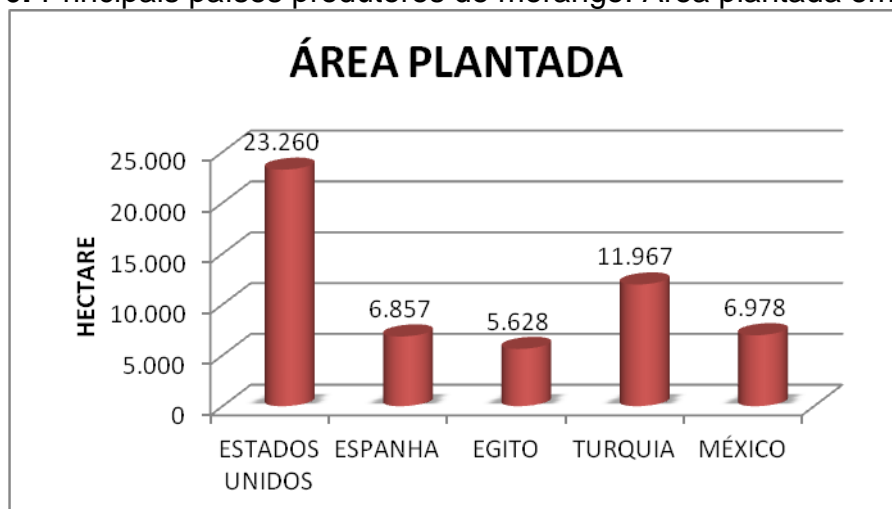
responsáveis por 75% da produção mundial. Os gráficos cinco e seis mostram os cinco maiores produtores, que somam 57% da produção mundial e a área que ocupam essas produções em hectares.

Gráfico 5: Principais países produtores de morango. Produção em toneladas



Fonte: Elaborado pelo autor. **Dados:** FAO, 2011

Gráfico 6: Principais países produtores de morango. Área plantada em hectares



Fonte: Elaborado pelo autor. **Dados:** FAO, 2011

Os Estados Unidos destaca-se como primeiro colocado em produção, liderando expressivamente com 29% do total mundial. A Espanha apresenta-se como segunda coloca com uma produção 3 vezes menor que a dos Estados Unidos, representando 11% do mercado mundial. Contudo a Espanha consegue uma produtividade de 74,96 ton/ha, maior que a produtividade dos Estados Unidos estimada em 56,45 ton/ha. (FAO, 2011).

No mercado das exportações e importações de morango fresco para o período de 2010 foram movimentados no mercado internacional 817.074 toneladas em exportações e 719.694 toneladas em importações de acordo com dados da FAO. As tabelas dois e três mostram os países que mais importaram e exportaram morango em ordem decrescente de toneladas, no ano de 2010. O Brasil é apenas o 73º país exportador de morango.

Tabela 2: PRINCIPAIS PAÍSES IMPORTADORES DE MORANGO - 2010

PAÍSES	TONELADAS
Canadá	111.168
Alemanha	98.445
França	93.086
EUA	89.955
Reino Unido	38.057
Itália	36.953
Rússia	36.024
Holanda	30.215
Bélgica	26.269
Áustria	17.339
Espanha	14.938
Suíça	13.503
México	12.484
Dinamarca	9.309
Arábia Saudita	8.748

Fonte: Elaborado pelo autor. **Dados:** FAO, 2010

Tabela 3: PRINCIPAIS PAÍSES EXPORTADORES DE MORANGO - 2010

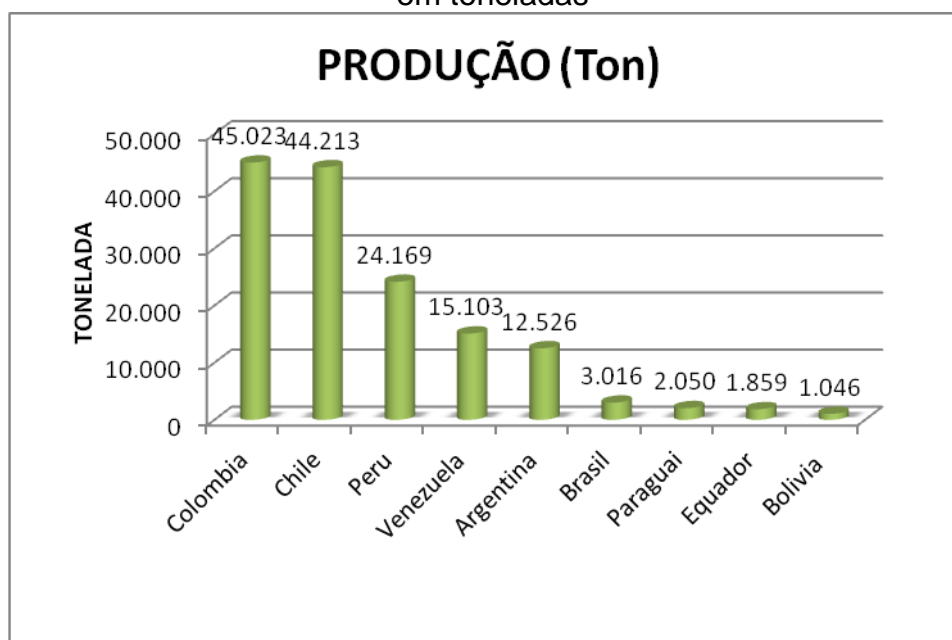
PAÍSES	TONELADAS
Espanha	360.204
EUA	139.810
México	66.019
Holanda	43.090
Bélgica	38.573
Turquia	25.867
Marrocos	18.396
França	18.000
Itália	17.914
Egito	17.513
Polônia	15.078
Grécia	14.411
Alemanha	10.879
Portugal	4.050
República da Moldávia	3.261

Fonte: Elaborado pelo Autor. **Dados:** FAO 2010

Considerando os números apresentados, os Estados Unidos se coloca como um importante mobilizador do mercado internacional, dada a expressividade dos números. A Espanha se apresenta como uma exportadora destacada e o Canadá, Alemanha e França como mercados foco pela expressividade das importações. (SPECHT e BLUME, 2009)

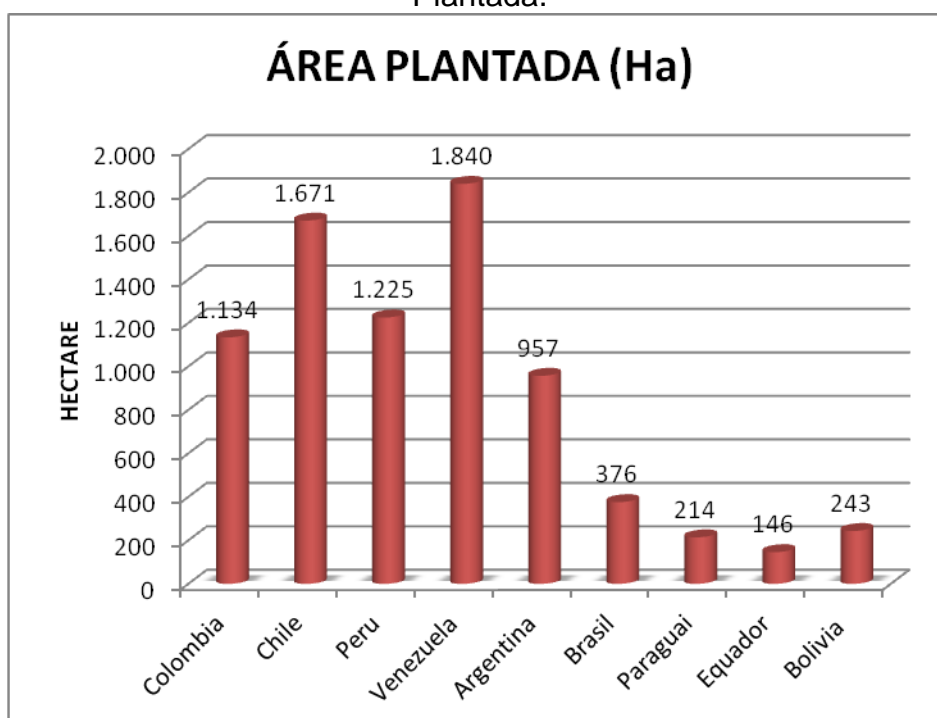
Na América do Sul encontra-se produção de morango em 9 países, Venezuela, Chile, Peru, Colômbia, Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Equador. O Chile era apontado como o maior produtor da região, mas de acordo com dados da FAO de 2011, a Colômbia assumiu a liderança. Já o Brasil aparece apenas com o sexto lugar. Os gráficos sete e oito representam respectivamente a produção por país encontrada na América do Sul e a área ocupada com morangos em hectares.

Gráfico 7: Principais países produtores de morango da América do Sul. Produção em toneladas



Fonte: Elaborado pelo autor. **Dados:** FAO, 2011

Gráfico 8: Principais países produtores de morango da América do Sul. Área Plantada.



Fonte: Elaborado pelo autor. **Dados:** FAO, 2011

Observa-se pelos dados contidos nos gráficos que apesar da Venezuela apresentar uma extensa área plantada, esse número não se reflete na produção, indicando baixa produtividade semelhante a do Brasil de apenas 8 ton/ha. Já países como Colômbia e o Chile apresentam produtividade de 40 ton/ha e 25 ton/ha, respectivamente.

Os mercados tradicionais como o europeu continuam atrativos para a exportação de frutas frescas, principalmente para os países da América Latina. Estes, porém necessitam desenvolver sistemas de certificação que sejam confiáveis, bem como investimentos em campanhas de marketing, sendo importante para isto a união dos produtores, e a formalização de alianças e sociedades visando à cooperação competitiva (SPECHT e BLUME, 2009).

4.3.1.2 - O Morango no Brasil

O agronegócio é responsável por 25% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional e um terço dos empregos. Em 2009 representou 42% das exportações, com US\$ 64,7 bilhões do US\$ 152,2 bilhões exportados pelo Brasil. (SEAGRI – DF, 2010).

O morango, dentro do grupo do cultivo das pequenas hortaliças, é uma cultura de uso intensivo de mão de obra, em torno de cinco pessoas ocupadas por hectare produtivo (SPECHT e BLUME, 2009). Segundo Oliveira, Nino e Scivittaro (2005) apud CHAVES, W. J. N (2011), as propriedades que se dedicam ao cultivo do morangueiro no país tem como área média cultivada 0,5 a 1 hectare – a maioria em pequenas propriedades rurais familiares. Sendo que, por apresentar essas características, o cultivo do morango se destaca pela sua relevância tanto econômica como social.

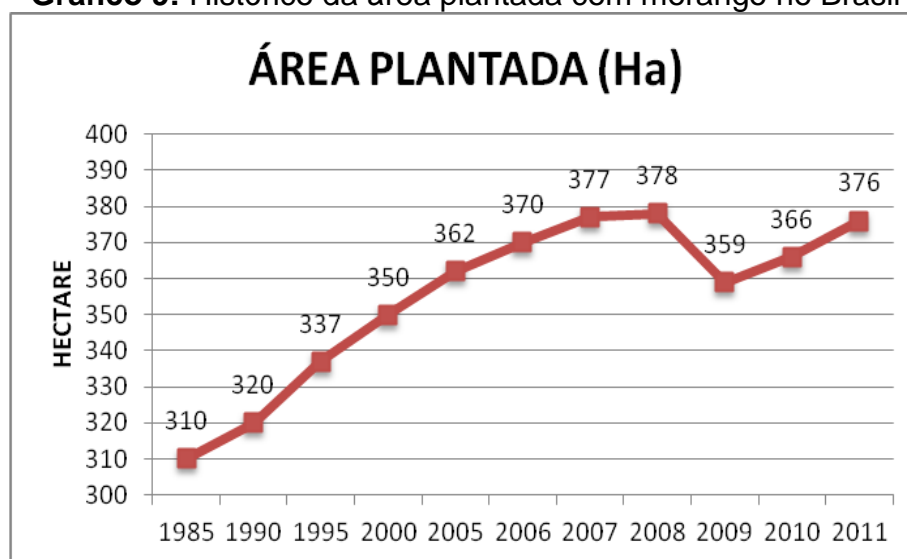
Observando a história do cultivo no Brasil é difícil precisar um ano exato de introdução da cultura do morangueiro. Segundo as consultas de Moretti (2008), existem diferentes indicativos nas literaturas. Porém, tende-se a apontar que a introdução do cultivo do morangueiro ocorreu por volta da década de

1950, no sul do estado de Minas Gerais no município de Estiva. (SPECHT e BLUME, 2009)

Os principais cultivares utilizados no Brasil provêm dos Estados Unidos, podendo-se destacar as seguintes variedades: Aromas, Camarosa, Capitola, Diamante, Dover, Oso Grande e Sweet Charlie. Além destes, também cabe destacar da Espanha a importação da variedade Milsei-Tudla. A partir da década de 1970 houve um incremento significativo nas pesquisas. Do esforço dos programas genéticos da Embrapa Clima Temperado foram desenvolvidas as variedades Bürkley, Santa Clara e Vila Nova; e do Instituto Agrônomo – IAC, a variedade Campinas. (SPECHT e BLUME, 2009). Assim, com a diversificação de variedades e de sistemas de produção tem-se conseguido produzir morangos praticamente nos 12 meses do ano. No período de junho a novembro concentra-se o pico de produção. Neste período o preço pago ao produtor tende ao seu menor valor. (CHAVES, W. J. N, 2011)

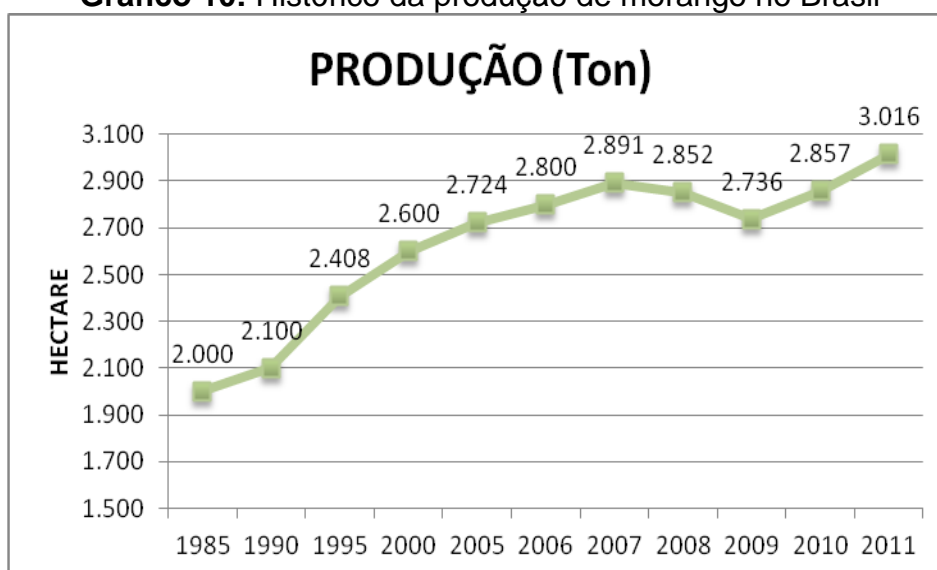
A partir de dados da FAO 2011 sobre a produção do morango no Brasil é possível montar um histórico da evolução da produção e da área plantada. Os gráficos nove e dez demonstram que de 1985 até 2011 houve um aumento de 21% na área plantada no país, porém o aumento verificado na produção foi muito maior, cerca de 51%. Esses dados evidenciam um aumento também da produtividade, aproximadamente 24%, conseguida através de cultivares adaptadas as condições climáticas do Brasil e outros fatores importantes de produção.

Gráfico 9: Histórico da área plantada com morango no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor. **Dados:** FAO, 2011

Gráfico 10: Histórico da produção de morango no Brasil



Fonte: Elaborado pelo autor. **Dados:** FAO, 2011

Pelos dados apresentados pode-se observar que houve nos últimos anos um avanço para a produção brasileira, pois esta cresceu em números absolutos. Contudo, este crescimento no mercado interno não se refletiu da mesma forma para o mercado externo, pois as exportações brasileiras ainda são “tímidas”

frente ao possível potencial exportador. Na tabela a seguir é possível verificar o volume das importações e exportações de morangos frescos e congelados para o período de 2005 a 2010, o que deixa a claro que a participação do Brasil no mercado mundial do morango é praticamente inexpressiva.

Tabela 4: Histórico de Importação / Exportação de morango no Brasil

IMPORTAÇÃO/EXPORTAÇÃO – BRASIL						
ANO	2.005	2.006	2.007	2.008	2.009	2.010
IMPORTAÇÃO (Ton)	8	0	6	13	8	97
IMPORTAÇÃO (US\$ 1000)	17	0	15	56	49	759
EXPORTAÇÃO (Ton)	50	18	38	5	2	3
EXPORTAÇÃO (US\$ 1000)	151	60	115	15	9	10

Fonte: Elaborado pelo Autor. **Dados:** FAO 2010.

Segundo dados do IBGE 2006 existe produção de morango em 17 estados brasileiros, sendo os principais, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Espírito Santo, Distrito Federal e Santa Catarina. A tabela cinco demonstra a produção em tonelada de cada estado e o número de estabelecimentos rurais onde o morango é cultivado.

Em termos de comercialização, o mercado de morango frescos é o principal destino da produção brasileira, cerca de 90%. (ANTUNES e REISSER JUNIOR, 2007). Além da forma in natura, este também chega aos consumidores como matéria processada pelas agroindústrias, onde a polpa é utilizada para a fabricação de iogurtes, doces, geléias, bolos, entre outros produtos. (SPECHT e BLUME, 2009).

Em termos de oportunidades, o mercado de morangos in natura, tanto de commodities, como de orgânicos, figura como uma possibilidade de maior agregação de valor para a cadeia. Neste sentido é que se ressalta a importância de serem estabelecidos processos que certifiquem a qualidade do produto, como a Produção Integrada –PImo (ANTUNES e REISSER JUNIOR, 2008), principalmente

quando se visa o mercado europeu que é muito restritivo e efetivo, em termos de exigências de qualidade sócio ambiental. (SPECHT e BLUME, 2009).

Tabela 5: Produção de morango por Estado do Brasil.

ESTADO	PRODUÇÃO (Ton)	ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS (Unidade)
Minas Gerais	40.245	3.036
Rio Grande do Sul	9.819	2.020
Paraná	6.265	971
São Paulo	5.030	399
Espírito Santo	4.368	582
Distrito Federal	3.745	133
Santa Catarina	2.455	439
Goiás	111	33
Rio de Janeiro	63	22
Bahia	52	49
Pernambuco	39	18
Mato Grosso do Sul	36	34
Pará	5	4
Paraíba	5	5
Mato Grosso	5	17
Tocantins	1	5
Ceará	1	4

Fonte: Elaborado pelo autor. **Dados** IBGE 2006.

Dentre os 17 estados em que a produção de morango é encontrada, apenas sete se destacam com alguma relevância em volume produção.

5 – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base nos dados da CEASA-DF a tabela seis foi elaborada com o intuito de apresentar o volume em quilos do morango comercializado e seu preço de mercado mês a mês de janeiro de 2011 a dezembro de 2012.

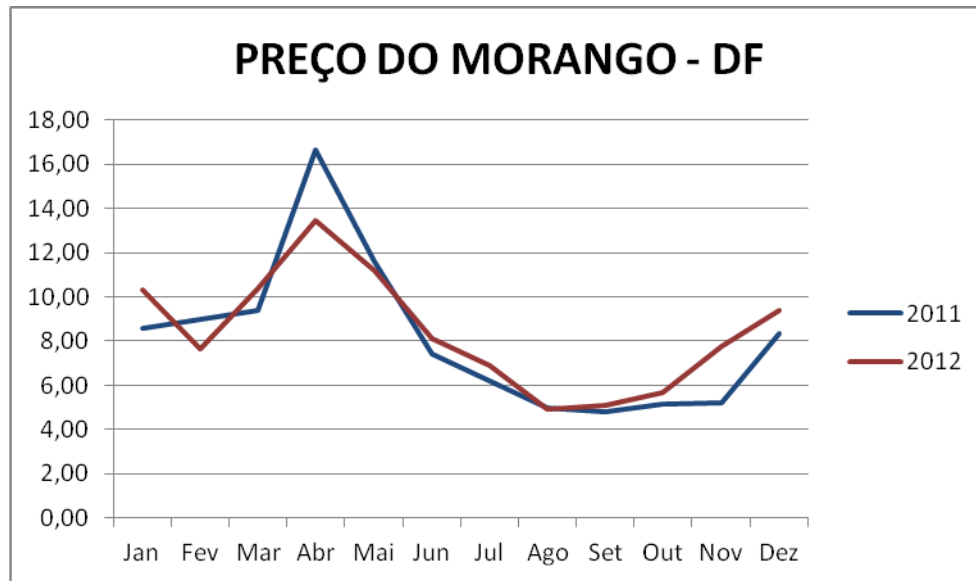
Tabela 6: Produção de morango no DF

MORANGO	2011		2012	
	KG	R\$/Kg	KG	R\$/Kg
JANEIRO	54.456	8,57	61.419	10,30
FEVEREIRO	59.027	8,97	51.064	7,67
MARÇO	34.403	9,37	52.662	10,40
ABRIL	32.101	16,63	44.486	13,47
MAIO	70.867	11,57	86.078	11,20
JUNHO	195.155	7,40	133.036	8,13
JULHO	199.612	6,17	158.859	6,90
AGOSTO	339.675	5,00	273.678	4,93
SETEMBRO	227.292	4,80	189.985	5,07
OUTUBRO	146.958	5,17	122.026	5,70
NOVEMBRO	97.781	5,24	77.136	7,77
DEZEMBRO	79.155	8,33	66.965	9,37

Fonte: Elaborado pelo autor. **Dados:** CEASA-DF

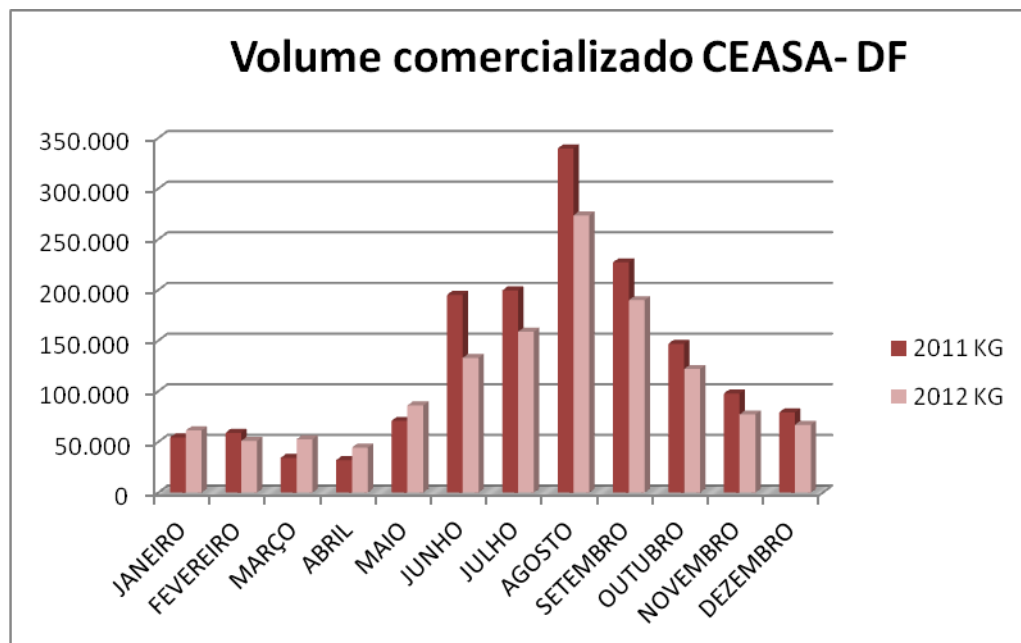
Com base nos mesmos dados utilizados na montagem da tabela dois gráficos comparativos foram elaborados, o primeiro comparando os preços do morango entre os dois anos, e o segundo gráfico comparando o volume de morango comercializado no CEASA-DF, também entre 2011 e 2012:

Gráfico 11: Preço do morango no Distrito Federal



Fonte: Elaborado pelo autor. **Dados:** CEASA-DF

Gráfico 12: Volume de morango comercializado no Distrito Federal



Fonte: Elaborado pelo autor. **Dados:** CEASA-DF

O morango apresenta grande variação de preço durante o ano, sendo que, no mês de abril, apresenta a maior média de preços e no mês de setembro apresenta a menor média de preço. No Distrito Federal no mês de abril de 2011 o preço do quilo do morango era em média R\$ 16,63, já no ano de 2012 foi de R\$ 13,47. Os menores preços praticados no DF, para 2011 foi o mês de setembro, quando o preço do quilo encontrava-se em R\$ 4,80, e para 2012 foi o mês de agosto com o preço do quilo em R\$ 4,93. Os meses com maior produção concentram-se de julho a dezembro onde ocorrem os menores preços e os meses de janeiro a maio apresentam as menores produções e os maiores preços.

Têm-se, portanto que os preços do morango em 2011 no período de março a junho, ou seja, quando a produção é mais baixa, foram maiores que os preços no mesmo período em 2012, deve-se essa diferença ao fato do volume comercializado em 2012 para esse período ter sido levemente maior que em 2011, apenas em no mês de junho 2011 superou o volume comercializado de 2012. Como a variação da demanda foi menos intensa, por consequente a variação de preços seguiu o mesmo padrão para o ano de 2012.

No período de safra, quando a oferta do produto aumenta e os preços caem drasticamente, percebe-se que os preços de 2012 ficaram acima dos preços de 2011 durante todo o período que correspondeu do mês de junho ao mês de outubro. Evidenciando um equilíbrio maior de demanda e preços em 2012.

O PAPEL DO PAA NA REGULAÇÃO DE PREÇOS DO MORANGO NO DF

Os preços de referência utilizados no PAA são fixados pelo Grupo Gestor do PAA, por meio de Resoluções ou apurados conforme metodologias por ele definidas não podendo ser superior aos preços de mercado.

Segundo a Resolução Nº 39 do Grupo gestor do PAA defini como parâmetro para apuração dos preços de referência dos produtos oriundos dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, praticados nas aquisições de produtos por meio da

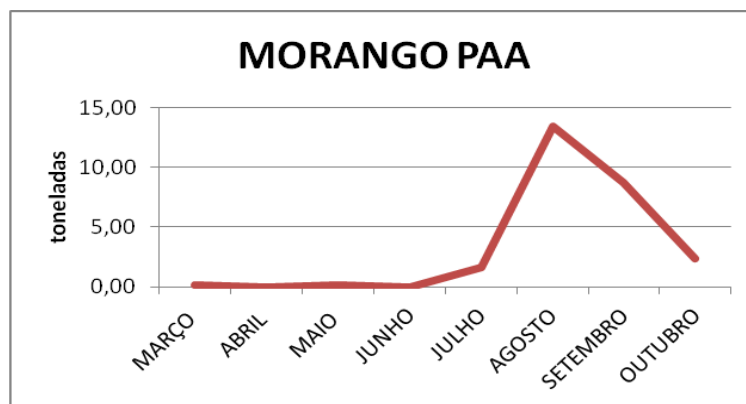
modalidade Compra Direta Local da Agricultura Familiar com Doação Simultânea, para hortigranjeiros é feita uma cotação entre os preços praticados no CEASA e a média dos preços praticados no mercado, cotados em atacadista nos últimos três anos, referentes ao período da safra.

O preço praticado hoje no PAA DF para o morango é de R\$ 7,06 o quilo. Esse preço é mantido durante todo o ano, isso significa que para os agricultores familiares que se ocupam da produção de morango, é vantagem entregar a sua produção ao Programa de aquisição de alimentos no período de julho a novembro, quando os preços são inferiores a sete reais. Nos outros meses o mercado convencional acaba se tornando mais vantajoso.

Além de o agricultor conseguir um preço justo à sua produção durante o período de safra, destinar o excedente de produção ao mercado institucional ajuda a regular o mercado, evitando que a demanda do produto aumente demais e os preços caiam a ponto de configurar prejuízo ao produtor.

Com base em dados da SEAGRI – DF sobre o PAA 2012 foi possível montar um gráfico que mostra o volume de entregas de morango ao programa. Fica claro que o único período que o morango é de fato destinado ao PAA é no período de safra, mostrando o importante papel de regulação de preços atribuído ao programa.

Gráfico 13: Volume de entrega de morango ao PAA-DF



Fonte: Elaborado pelo autor. **Dados:** SEAGRI-DF

Uma das grandes vantagens do programa é proporcionar o desenvolvimento sustentável de todas as regiões do país, pois permite a incorporação da mão-de-obra familiar aos meios de produção, a diversidade produtiva e os hábitos culturais locais. (FUSCALDI,K. 2010)

ASPECTOS SOCIAIS DO MORANGO NO PAA – DF

O Distrito Federal possui um dos melhores índices de desenvolvimento humano do país. No entanto, as estatísticas desagregadas por Região Administrativa revelam existir considerável nível de desigualdade social, especialmente nos padrões de renda familiar. No grupo de renda mais alta: de maior renda média, está em torno de 8% da população economicamente ativa (Brasília, Lago Sul e Lago Norte); no grupo, de renda intermediária, alcança 15% (Gama, Taguatinga, Sobradinho, Planaltina, Núcleo Bandeirante, Guará, Cruzeiro, Candangolândia e Riacho Fundo) e no grupo, de renda mais baixa, atinge 19% (Brazlândia, Ceilândia, Samambaia, Paranoá, São Sebastião, Santa Maria e Recanto das Emas). (SEAGRI-DF)

A distribuição de população residente entre as RAs mantém relativa correlação com os padrões de renda das famílias. As de renda mais alta concentram-se nas áreas centrais do Distrito Federal, em espaços estruturados e de qualidade de vida superior. Os mais pobres, por sua vez, concentram-se em residências localizadas em áreas periféricas, boa parte carente de infraestrutura e com baixa qualidade de vida. (SEAGRI-DF)

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e sejam sustentáveis do ponto de vista social, econômico e ambiental. (SEAGRI-DF)

No Distrito Federal a SAN está voltada às famílias e pessoas residentes, que estão em situação de vulnerabilidade social, combatendo a fome e a pobreza e promovendo a segurança alimentar e nutricional são atendidas crianças, mulheres gestantes e nutrízes, idosos e doentes crônicos; pessoas com invalidez permanente decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional, doença grave contagiosa ou incurável. (SEAGRI-DF)

Visando atender as diretrizes da Segurança Alimentar e Nutricional o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA na sua modalidade compra da agricultura familiar para doação simultânea, operada no Distrito Federal pela SEAGRI-DF, EMATER-DF e CEASA-DF, destina-se à aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar, de origem agrícola, pecuária, extrativista, ou da indústria familiar, visando a doação a populações em situação de risco alimentar atendidas pela rede de proteção social de caráter governamental ou não governamental.

Os alimentos adquiridos são distribuídos em creches, escolas, abrigos, hospitais e entidades socioassistenciais que forneçam refeições a pessoas em vulnerabilidade social, restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, entre outros.

Nesse contexto o morango que apresenta características de fruta nobre, normalmente se torna inacessível a essa população com baixa renda, que depende de ajuda socioassistencial para garantir alimentação de qualidade. Com o PAA é possível que o morango chegue até a mesa dessas pessoas, trazendo ganhos nutricionais que acompanham o consumo da fruta.

6 – CONCLUSÕES

Com a realização deste trabalho pude, de fato, observar a efetividade do Programa de Aquisição de Alimentos. O governo com uma simples medida de comprar a produção de agricultores familiares e destiná-las a entidades socioassistenciais consegue ao mesmo tempo combater a pobreza rural e minimizar o problema da fome. Apesar de ser uma medida simples sua operacionalização é complicada, a Secretaria de Agricultura do Distrito Federal vem aprimorando a execução do programa e aumentando cada vez mais os recursos investidos, o numero de agricultores e pessoas atendidas.

A produção de morango encontra no Distrito Federal as condições necessárias para crescer tanto em produtividade, quanto em número de agricultores que se ocupam dessa variedade, podendo se destacar no cenário nacional. Com a inserção no PAA os agricultores familiares encontram a garantia necessária para começar a produzir novas variedades de produtos com maior valor de mercado, como o morango, sem o risco de ter algum prejuízo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB); Diretoria de Política Agrícola e Informações (DIPAI). **Programa de Aquisição de Alimentos- PAA Legislação Básica**. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/agriculturaFamiliar/arquivos/livretoDigem%20-%20PUBLICO%20EXTERNO%20-%20V10JUL.pdf>>. Acesso em: Janeiro 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **PAA Evolução das Operações**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/12_04_25_14_41_24_analise_do_paa_-_2003_a_2011.pdf>. Acesso em: Janeiro 2013.

D'ÁVILA, R. C.; ROVERSI, S. M. M. **Programa de aquisição de alimentos: uma inovação em políticas públicas de segurança alimentar e nutricional**, GenteSAN, Vol. 3. Passo Fundo, IFIBE, 2010. Disponível em: <https://www.dicaf.pjf.mg.gov.br/sq/conselhos/comsea/doc/2011/redsantpaa_111018.pdf#page=22>. Acesso em: Janeiro de 2013.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, 336 p.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Resultado das ações da CONAB em 2012**. Sumário Executivo. 2012. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br>>. Acesso em Janeiro de 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Resultado das ações da CONAB em 2011**. Sumário Executivo. 2011. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br>>. Acesso em Janeiro de 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Resultado das ações da CONAB em 2010**. Sumário Executivo. 2010. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br>>. Acesso em Janeiro de 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Programa de**

Aquisição de Alimentos – PAA, Resultado das ações da CONAB em 2009. Sumário Executivo. 2009. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br>>. Acesso em Janeiro de 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Resultado das ações da CONAB em 2008.** Sumário Executivo. 2008. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br>>. Acesso em Janeiro de 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Resultado das ações da CONAB em 2007.** Sumário Executivo. 2007. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br>>. Acesso em Janeiro de 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Resultado das ações da CONAB em 2006.** Sumário Executivo. 2006. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br>>. Acesso em Janeiro de 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Resultado das ações da CONAB em 2005.** Sumário Executivo. 2005. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br>>. Acesso em Janeiro de 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Resultado das ações da CONAB em 2004.** Sumário Executivo. 2004. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br>>. Acesso em Janeiro de 2013.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, Resultado das ações da CONAB em 2003.** Sumário Executivo. 2003. Disponível em: < <http://www.conab.gov.br>>. Acesso em Janeiro de 2013.

FUSCALDI, K. **Programa de Aquisição de Alimentos: uma política de apoio à comercialização agrícola.** Grupo de Pesquisa: Agricultura Familiar e Ruralidade. 48º Congresso SOBER. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/139.pdf>>. Acesso em: Janeiro 2013.

BRASIL. **Presidência da República**. Decreto Nº 7.775, de 4 de julho de 2012. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei no 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7775.htm>. Acesso em: Janeiro de 2013.

BRASIL. **Censo agropecuário 2006**. Agricultura Familiar. Primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. 2009.

BRASIL. **Presidência da República**. Decreto Nº 6.447, de 7 de maio de 2008. Regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6447.htm>. Acesso Janeiro de 2013.

BRASIL. **Presidência da República**. Decreto Nº 6.959, de 15 de setembro de 2009. Dá nova redação aos arts. 3º, 4º e 5º do Decreto no 6.447, de 7 de maio de 2008, que regulamenta o art. 19 da Lei no 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6959.htm>. Acesso Janeiro de 2013.

BRASIL. **Presidência da República**. Artigo 19 da Lei Nº 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm>. Acesso Janeiro de 2013.

BRASIL. **Presidência da República**. Artigo 13 da Lei Nº 11.524, de 24 de Setembro de 2007, que altera a Lei Nº 10.696, de 2 de julho de 2003, Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11524.htm>.

BRASIL. **Presidência da República**. Lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, que Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/L11326.htm>. Acesso Janeiro de 2013.

BRASIL. **Ministério de Estado do Desenvolvimento Agrário**. Portaria Nº 47, de 26 de Novembro de 2008, que dispõe sobre o regulamento e as condições para realização das operações de crédito de rural ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf. Disponível em:<www.conab.gov.br/conabweb/.../T35d01AI_DAP.doc>. Acesso Janeiro de 2013.

BRASIL. **Secretaria da Agricultura Familiar**. Portaria Nº. 85, de 22 de Dezembro de 2008, que dispõe acerca dos modelos das declarações de aptidão ao Pronaf. Disponível em:< <http://www.docstoc.com/docs/41605776/SECRETARIA-DA-AGRICULTURA-FAMILIAR-PORTARIA-N%C2%BA-85-DE-22>>. Acesso em Janeiro de 2013.

BECKER, C; DOS ANJOS, F. S; BEZERRA, A. J. A. **O IMPACTO DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA SEGURANÇA ALIMENTAR E NO DESENVOLVIMENTO RURAL APRESENTAÇÃO ORAL-Políticas Sociais para o Campo. UFPEL, PELOTAS - RS – BRASIL 2010**. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/427.pdf>>. Acesso em Fevereiro de 2013.

HENZ, Gilmar P. **Desafios enfrentados por agricultores familiares na produção de morango no Distrito Federal.** *Hortic. Bras.* [online]. 2010, vol.28, n.3, pp. 260-265. ISSN 0102-0536. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hb/v28n3/v28n3a03.pdf>>. Acesso em Fevereiro de 2013.

SUZIMARY SPECHT; RONI BLUME. **Competitividade e Segmento de Mercado à Cadeia do Morango: algumas evidências sobre o panorama mundial e brasileiro.** PORTO ALEGRE - RS – BRASIL disponível em <http://www.sober.org.br/palestra/13/1245.pdf>

LOPES HRD; SILVA BC; NASCIMENTO EF; RAMOS LX; PEREIRA M; CARNEIRO RG. 2005. **A cultura do morangueiro no Distrito Federal.** Brasília: EMATER. 76p.

BRASIL, **CONAB.** Resolução n.º 39, de 26 de Janeiro de 2010. Dispõe sobre os preços de referência para a aquisição dos produtos da agricultura familiar sob as modalidades Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea e Compra Direta Local da Agricultura Familiar com Doação Simultânea do Programa de Aquisição de Alimentos e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conabweb/download/moc/titulos/T31.pdf>>.

ARAÚJO TM; PEREIRA SF. 2009. **Perfil dos produtores de morango do Distrito Federal e incidência de doenças de pós-colheita.** Brasília: Faculdade da Terra de Brasília, 134 p (Monografia graduação). Disponível em: <http://www.cnph.embrapa.br/paginas/serie_documentos/publicacoes2008/bpd_45.pdf>. Acesso em Janeiro de 2013.

DISTRITO FEDERAL. **Câmara Legislativa do Distrito Federal.** Lei Orgânica do Distrito Federal de 8 de junho de 1993. Disponível em:

<http://sistemasweb.desenvolvimento.gov.br/INVESTIMENTO_WEB/arquivos/legislacao_leiorganica.pdf>. Acesso em Janeiro de 2013.

CHAVES, Weber José Neiva. ***Brazlândia, agricultura e identidade: fragarias, da festa do morango e da reificação triunfante da mercadoria ao simulacro e à venda sem charme dos ambulantes***. 2011. 134 f., il. Dissertação (Mestrado em Geografia)-Universidade de Brasília, Brasília, 2011. Disponível em: http://repositorio.bce.unb.br/bitstream/10482/9877/1/2011_WeberJoseNeivaChaves.pdf>. Acesso em: Fevereiro de 2013.

SOUZA, Liliana Vignoli de Salvo. ***Turismo e comunidade: a experiência de implantação de um projeto de turismo sustentável em Brazlândia – DF***. 2003. 127 f. Monografia (Especialização em Ecoturismo)-Universidade de Brasília, Brasília, 2003. Disponível em: <http://bdm.bce.unb.br/bitstream/10483/366/1/2003_LilianaVignoliSaldoSouza.PDF>. Acesso em: Fevereiro de 2013.

PONTE VERA, Maria Rodrigues [et al.] ***Análise das metodologias e técnicas de pesquisas adotadas nos estudos brasileiros sobre balanced scorecard: um estudo dos artigos publicados no período de 1999 a 2006*** [article] // análise das metodologias e técnicas de pesquisas adotadas nos estudos brasileiros sobre balanced scorecard: um estudo dos artigos publicados no período de 1999 A 2006. - São Paulo: CAPES, 2006. Disponível em: <<http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressol/03/EPC079.pdf>>. Acesso em: Fevereiro de 2013.